

FORMAÇÃO POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

*Maria Socorro Ramos Militão**

RESUMO

Este artigo pretende suscitar a discussão em torno do processo de formação política dos trabalhadores sob a ótica do marxismo e da filosofia da práxis de Antônio Gramsci, tendo como perspectiva a organização política dos subalternos e a construção de uma nova sociedade. Estas preocupações se transformariam, nas mãos de Gramsci, na promoção de ações políticas no interior das fábricas de Turim dos anos 1920 e o levaria a perceber nos “*Conselhos de Fábrica*” os organismos de representação efetiva do proletariado, vendo neles um embrião dos soviets. Mais tarde, no cárcere, entendia que o Partido Político seria o responsável por dar unidade e coerência a luta dos subalternos. Assim, o intelectual orgânico coletivo do proletariado seria o artífice de uma vontade unitária nacional-popular; o Organismo que dirige e capacita o proletariado a conquistar e exercer sua hegemonia construída por meio de uma reforma intelectual e moral. Essa discussão pretende lançar luz sobre os recentes movimentos de lutas sociais, desencadeados tanto no Oriente quanto no Ocidente, devido ao elevado grau de complexidade do capitalismo avançado, que gera toda espécie de problemas sociais e políticos. Busca-se iniciar uma discussão acerca do saldo político que podemos obter dos movimentos de massas ocorridos entre os meses de junho e julho de 2013, no Brasil.

Palavras-chave: Formação política. Movimentos sociais. Partido político. Hegemonia.

* Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Universidade do Estado de São Paulo (UNESP). Professora de Filosofia Política do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro do Grupo de Estudos “Marx no século XXI” e Marxismo: Marx e Gramsci. *E-mail:* helpramos@yahoo.com.br

RIASSUNTO

Questo articolo si propone di incoraggiare la discussione intorno alla formazione politica dei lavoratori dal punto di vista del marxismo e della filosofia della praxis di Antonio Gramsci, avendo come prospettiva l'organizzazione politica dei subalterni e la costruzione di una nuova società. Queste preoccupazioni, per iniziativa di Gramsci, si sarebbero trasformate nella promozione di azioni politiche nelle fabbriche di Torino negli anni '20 e avrebbero portato Gramsci a vedere nei "Consigli di fabbrica" organismi di rappresentanza effettiva del proletariato, equivalente a degli embrioni dei Soviet. Più tardi, in carcere, capirà che è il partito politico a essere l'organo che dà unità e coerenza alla lotta dei subalterni. Perciò sarebbe l'intellettuale organico del proletariato l'artefice di una volontà collettiva nazionale-popolare unitaria, l'organo che dirige e fornisce al proletariato le capacità per conquistare e esercitare la sua egemonia costruita per mezzo di una riforma intellettuale e morale. Questa discussione intende far luce sui recenti movimenti di lotta sociale, scatenati in Oriente come in Occidente, a causa dell'elevato grado di complessità del capitalismo avanzato che genera problemi sociali e politici di ogni tipo. Pertanto, qui si cerca di avviare un dibattito circa il bilancio politico che si può fare in relazione ai movimenti di massa che si sono verificati in Brasile nei mesi di giugno e luglio 2013.

Parole-chiave: Formazione politica. Movimenti sociali. Partito politico. Egemonia.

Formação política e os Conselhos de fábrica

O problema da formação política e do desenvolvimento da consciência de classe é uma questão central para e entre os marxistas, e Gramsci é, entre eles, um teórico que coloca este problema como elemento central no processo de luta pela hegemonia da classe trabalhadora e de desenvolvimento de estratégias e táticas de lutas políticas rumo à construção do socialismo no capitalismo avançado.

Já n' A ideologia alemã, Marx insistia que a apreensão da consciência de classe é um processo histórico dialético que se constrói por homens concretos inseridos em um dado modo de produção com relações de produções correspondentes. Em outras palavras, a consciência se constitui

a partir da relação dialética entre estrutura e superestrutura, assim também, a consciência de classe é determinada por forças motrizes e por elementos conjunturais que se apresentam como ocasionais, imediatos e espontâneos em contextos históricos determinados. Porém, em qualquer contexto dado, a organização das classes subalternas é uma exigência fundamental, pois é na luta organizada que os segmentos sociais subalternos podem elevar sua consciência e sua solidariedade e se constituírem em sujeitos coletivos. Isso porque, é na coletividade que se elabora uma identidade e se organizam práticas por meio das quais os sujeitos expressam e defendem seus interesses e vontades. Nesse sentido, o fundamento da organização política se encontra na história, e, segundo Michael Löwy, deve comportar dois níveis:

a) uma análise e previsão dos processos históricos em curso, sobretudo o da emergência da consciência de classe do proletariado (sua estrutura, elementos determinantes, etc.); b) e um plano de organização do instrumento da ação revolucionária (o partido) e de coordenação de suas relações com o conjunto da classe operária, tendo em vista a concretização do programa comunista de mudança social (LÖWY, 1962, p. 139).

Há, portanto, uma íntima relação entre a concepção da estrutura da consciência de classe e a proposta de organização dos subalternos para garantir a ação transformadora.

Foi em razão disso que, ao testemunhar e mesmo protagonizar a combatividade das massas nas fábricas de Turim nos anos 1920, Gramsci escreveria no *Jornal L'Ordine Nuovo*, que a atuação política do operariado era muito maior que a dos partidos e sindicatos, os quais estavam minados pelo reformismo e operavam nos limites da democracia burguesa. Dominado por elementos de centro, o partido estava aquém do nível alcançado pelas massas (LÖWY, 1962, p. 151-152), por isso, foi incapaz de assumir a autonomia adequada ao proletariado. Seus órgãos centrais nada fizeram para educar politicamente as massas ou para eliminar os elementos reformistas e oportunistas da direção dos sindicatos e cooperativas, não foram capazes de promover uma direção e uma tática

unificadas ao operariado fabril. O partido não centralizou nem coordenou a ação do proletariado colocando-se como um poder revolucionário efetivo e contraposto ao poder do Estado burguês, porém

se o partido não realiza a unidade e a simultaneidade dos esforços, se o partido se revela um mero organismo burocrático, sem alma e sem vontade, a classe operária tende instintivamente a construir para si outro partido e desloca-se para as tendências anárquicas que precisamente criticam áspera e incessantemente a centralização e o funcionamento dos partidos políticos (GRAMSCI, 1974, p. 17-19).

Essa preocupação com a função do Partido Político foi explicitada por Gramsci em *L'Ordine Nuovo*, quando se referiu a Rosa Luxemburgo e à sua máxima de que “a revolução comunista só pode ser realizada pelas massas e não por um secretário de partido ou de um presidente da república a golpes de decretos” (LÖWY, 1962, p. 151). E ainda quando criticava a divisão interna do Partido Comunista Italiano (PCI) e apontava para a necessidade de se fazer “uma discussão da política atual e não um exame de fenômenos históricos gerais; de fazer propostas práticas e indicar à massa orientações práticas de ação e de organização” (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 1992, p. 31). O mesmo serve para os dias atuais, tanto no que se refere à leitura do real quanto à crítica que deve-se fazer à estrutura político partidária e à construção de um partido de massas ligado organicamente aos movimentos populares.

Gramsci acredita que nos instrumentos de luta da classe trabalhadora já contém, em potência, características do socialismo, contudo estes instrumentos precisam ser coordenados e direcionados pelo Partido. Por isso, no texto “*Democracia Operária*”, produzido com Palmiro Togliatti e publicado no Jornal *L'Ordine Nuovo* de 11 de Junho de 1919, teria afirmado:

o Estado socialista já existe em potência nas instituições da vida social características da classe trabalhadora explorada. Interligar estas instituições, coordená-las e subordiná-las numa hierarquia de competências e poderes altamente centralizados, respeitando, porém, as indispensáveis autonomias e articulações, significa criar aqui e agora uma verdadeira e representativa democracia operária, eficaz e

efetivamente oposta ao Estado burguês, e já preparada para o substituir em todas as suas funções essenciais de gestão e controle do patrimônio nacional (GRAMSCI, 1976, p. 30).

Também no artigo “*O partido e a revolução*”, publicado no mesmo Jornal, em 27 de dezembro de 1919, o filósofo italiano esclarece que o Partido é o principal instrumento de organização política dos subalternos e é a instituição que continua sendo a “hierarquia superior deste irresistível movimento de massas; ele exerce a mais eficaz ditadura, a que nasce do prestígio, a aceitação consciente e espontânea de uma autoridade que se reconhece indispensável para o bom êxito da tarefa empreendida” (GRAMSCI, 1976, p. 62). Assim, para Gramsci, somente o partido pode desempenhar a função de “Sujeito” coletivo capaz de resumir nele as vontades coletivas e dirigir a classe operária na tomada do poder. Em sua avaliação, o “Moderno Príncipe” é o propagandista e organizador de uma reforma intelectual e moral, aquele que cria as condições para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular.

Não por acaso, Gramsci critica os sindicatos italianos e a sua burocratização, e com tal crítica mostra que, quanto mais os sindicatos se afastarem da classe trabalhadora, mais lutarão por reformas sociais: por melhorias nas condições de trabalho e salário, entre outras conquistas imediatas. Por isso, em artigo sobre os sindicatos e os conselhos, publicado em *L'Ordine Nuovo*, de 11 de outubro de 1919, diria:

os operários sentem que o complexo da “sua” organização transformou-se num aparelho de tais dimensões que acabou por obedecer a leis próprias, inerentes à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência da sua missão histórica de classe revolucionária. Eles sentem que a sua vontade de poder não encontra expressão adequada na atual hierarquia institucional. Eles sentem que, mesmo na sua casa, na casa que tenazmente construíram, à custa de esforço e perseverança, cimentando-a a sangue e lágrimas, a máquina esmaga o homem, a burocracia esteriliza o espírito criador e o diletantismo banal e verbalista tenta em vão esconder a ausência de ideias precisas sobre as necessidades da produção industrial, ou a incapacidade de comprometer a psicologia das massas proletárias. Os

operários irritam-se com estas condições de facto, mas são impotentes individualmente para as modificar; as palavras e a vontade dos homens isolados são muito pouca coisa em comparação com a s leis de ferro inerentes à estrutura burocrática do aparelho sindical (GRAMSCI, 1976, p. 42).

E em artigo de mesmo teor, de 8 de novembro de 1919 daquele Jornal, ressaltava que os sindicatos mostraram a sua incapacidade orgânica para encarnarem a ditadura do proletariado, porque

a evolução normal do sindicato está assinalada por uma linha de decadência do espírito revolucionário das massas: pois, aumenta a força material, enfraquece ou desaparece de todo o espírito de conquista, quebra-se o impulso vital; à intransigência heróica sucede a prática do oportunismo, a prática “do pão e da manteiga”. O incremento quantitativo determina um empobrecimento qualitativo e uma acomodação fácil às formas sociais capitalistas, determina o aparecimento de uma psicologia parasitária, mesquinha, de pequena e média burguesia. E, no entanto, a tarefa elementar do sindicato é a de recrutar “toda” a massa, é a de absorver nos seus quadros todos os trabalhadores da indústria e da agricultura. O meio não é, pois, adequado ao fim, e, uma vez que o meio não é senão um momento do fim que se realiza, que se faz, deve-se concluir que o sindicalismo não é um momento para a revolução, não é um momento da revolução proletária, não é a revolução que se realiza, que se faz: o sindicalismo não é revolucionário senão pela possibilidade gramatical de acoplar as duas expressões (GRAMSCI, 1976, p. 47-48).

Diferentemente do sindicato, o Partido de tipo novo desempenharia a sua função à medida que se alargasse e atingisse estratos populares, grupos e indivíduos que nunca tivessem participado da luta política, suscitando neles o desejo de trabalhar incansavelmente pelo comunismo. Mas para isso, seria preciso organizá-los de modo a transformar “a classe proletária e semi-proletária numa sociedade organizada capaz de se educar a si própria, de ganhar experiência e adquirir uma consciência responsável dos deveres que competem a uma classe que conquista o poder” (GRAMSCI, 1976, p. 30).

Portanto, somente o desenvolvimento de práticas de ação e de organização política poderiam levar o partido (de tipo tradicional) a sair do “imobilismo fatalista” e “fazer política” efetivamente. Foi por isso que, ao analisar o fascismo e o avançado processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o filósofo marxista creditou à aliança operário-camponesa a subversão da ordem vigente, definindo os operários e os camponeses como sujeitos revolucionários por excelência, capazes de efetivar o processo revolucionário.

Assim, sob os impactos das transformações promovidas pela I Guerra Mundial e a Revolução Russa, o teórico sardo (1987, p. 14) pensava em como aglutinar as imensas forças sociais desencadeadas pela guerra, em como discipliná-las e dar-lhes uma forma que contivesse em si a virtude de desenvolver-se até tornar-se a ossatura do Estado socialista. Para ele, a organização de classe seria o elemento central para se pensar a democracia, e tal organização política deveria emergir do interior da própria fábrica. E esse foi um dos motivos que o levou a desenvolver a organização dos operários nas “*Comissões Internas*” das fábricas de Turim, que existiam desde 1906, mas eram apenas “correias de transmissão” do sindicato que tinha pouca autonomia.

Nas mãos de Gramsci, essas comissões se transformariam nos “*Conselhos de Fábrica*” e seriam organismos de representação efetiva do proletariado, seriam um embrião dos soviets, um embrião do governo operário. Por meio delas, “a massa trabalhadora adquiriria a consciência de sua unidade indivisa baseada na produção, no ato concreto do trabalho. Assim, tornando-se produtor, o trabalhador concebia a si mesmo como parte indissociável de todo o sistema de trabalho que se sintetiza no objeto fabricado” (GRAMSCI, 1987, p. 46). Os *Conselhos* seriam, então, a base sobre a qual o operário seria elevado da condição de assalariado a de produtor. Mas, para chegar à condição de produtor, o operário precisaria entender o processo de produção como totalidade, identificando-se com a produção. Portanto, seria no cotidiano da fábrica, a partir das relações de trabalho, que o operariado poderia compreender os antagonismos próprios do modo de produção capitalista. Isso porque, a divisão do trabalho cria entre os operários uma unidade psicológica (expressa por hábitos, instintos, afetos, pensamentos) e uma solidariedade de classe que poderia levá-los a construir uma certa concepção de mundo a partir da própria fábrica, e

seria esta concepção que capacitaria o operário da grande indústria a ser o construtor do comunismo.

A compreensão desses antagonismos pelo operário contribuiria com o início de um longo e difícil processo de elaboração de uma consciência política, da consciência de classe. Ao constituir-se em classe política – revolucionária – o proletariado poderia encaminhar novas formas de luta para enfrentar e mesmo superar a ordem garantida. Assim, à medida que se desenvolvem as relações sociais de produção capitalista pode se desenvolver, também, um processo de formação e de conscientização política dos subalternos. Em outras palavras, tendo a clareza das contradições inerentes ao capitalismo, os trabalhadores podem ter o domínio sobre o processo de produção.

Mas, para que esse processo se inicie e mesmo se realize, as instituições tradicionais do operariado e as suas formas de fazer política, devem ser renovadas, e, ao lado delas, surgirem instituições de tipo novo, capazes de viabilizar um novo projeto de sociedade; e de realizar a unidade da classe proletária (GRAMSCI, 1987, p. 17). Pois, somente a organização política permitirá a passagem da luta do interior da fábrica à sociedade como um todo. Essa instituição de tipo novo que viabilizaria a construção de um novo projeto de sociedade e realizaria a unidade da classe proletária seria, segundo Gramsci, nos anos 1920, o *Conselho de Fábrica*. Por isso, ao analisar o movimento de massa fabril de 3 de dezembro de 1919, ocorrido em Turim, ele colocou em evidência a capacidade de articulação e direção dos operários desenvolvida pelo *Conselho*, ao lembrar que

os Conselhos de Fábrica mobilizaram sem qualquer preparação, no espaço de uma hora, cento e vinte mil operários enquadrados nas empresas. Uma hora depois, o exército proletário precipitou-se como avalanche até o centro da cidade e varreu das ruas e das praças toda a canalha nacionalista e militarista (GRAMSCI, 1974, p. 37-38).

Naquela ocasião, os sindicatos reformistas e o Partido Socialista Italiano (PSI) acusavam Gramsci de minar a capacidade de ação dos sindicatos tradicionais. Contudo, essas instituições representativas não tinham interesse em contribuir, efetivamente, com a formação política do operariado, como também não têm atualmente.

No cárcere, revendo as experiências políticas do passado, o político sardo percebeu que os *Conselhos* testaram sua função revolucionária, provaram a viabilidade da autogestão operária nas empresas e a inutilidade econômica dos empresários como organizadores da produção. Compreendeu ele que os *Conselhos de Fábrica* surgiram justamente como resposta a uma situação de crise orgânica do sistema capitalista e como forma primária de organização política dos operários num período em que os sindicatos ou estavam burocratizados ou reproduziam o capitalismo (como acontece ainda hoje) ou estavam proibidos de atuar pela força coercitiva do Estado burguês. Eles surgem como forma de democracia direta, como revogabilidade da representação, afirmação da fábrica como centro privilegiado da luta operária e, ao mesmo tempo, como viabilizadores da gestão operária da fábrica. Neste aspecto, o *Conselho de Fábrica* não pode ser confundido, coordenado ou subordinado ao sindicato, pois ele é, justamente, a instituição que pode determinar mudanças radicais na estrutura da organização sindical. A “força do conselho está no fato dele aderir à consciência da massa operária, [dele ser] a própria consciência dessa massa que quer emancipar-se autonomamente, que quer afirmar a liberdade de iniciativa na criação da história” (GRAMSCI, 1981, p. 104).

Ao analisar a relação entre o conselho, o sindicato e o partido em Gramsci, Edmundo Dias (1987) relembra que o sistema de conselhos é a organização de toda a classe operária e não apenas dos segmentos organizados pelos sindicatos e pelos partidos. Por isso, todos os trabalhadores devem participar dos conselhos como produtores, não como cidadãos ou assalariados, e devem tratar de obter a hegemonia aí dentro. Trata-se de “fazer que o partido (e o sindicato) entre neste estado potencial e, aí, na luta contra as outras ideologias e orientações, [realize] a sua hegemonia” (DIAS, 1987, p. 82). Trata-se, portanto, de fazer o partido de tipo novo, conversar, persuadir, guiar as massas dando-lhes organicidade e trabalhando a partir delas e com elas. Com efeito, o partido deve fazer-se classe e não distanciar-se dela, dividi-la ou dominá-la. Diferentemente do conselho ou de qualquer outra instituição de tipo novo e a serviço exclusivo dos subalternos, o partido e o sindicato (que são privados) têm caráter contratualista e este é mais um dos elementos que os diferencia dos conselhos.

Assim, embora o *Conselho de Fábrica* encarne a forma atualizada da luta de classes tendente ao poder, na democracia burguesa, o partido continua sendo a principal instituição (jurídica e política) de representação das classes subalternas, e é nele ou ligando-se a ele que as demais instituições de organização política devem se desenvolver. Mas para constituir-se como um partido de tipo novo, em sentido gramsciano, os partidos devem se reinventar, se reconstruírem, erradicando os elementos corporativos e economicistas a fim de promover a formação política da classe trabalhadora, de modo a fazê-la romper com a ideologia dominante e orientá-la na construção de uma concepção de mundo própria. Por isso, o processo de formação política tem íntima relação com a criação do Partido de Classe, capaz de desempenhar tal tarefa.

O Partido político Educador e a hegemonia

Também, a hegemonia tem estreita relação com o reino da produção, por isso é impossível fazer uma interpretação idealista dela, pois “[...] se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2000, p. 45). A hegemonia, dirá Gramsci, nasce da fábrica; surge do terreno originário, é nela que devemos buscar sua raiz. É por isso que a

hegemonia de uma classe e o bloco histórico que sobre ela se pretenda fundar, deve ser enfrentada em sua materialização com os limites impostos pelas condições econômicas, sem que isto signifique, por certo, conceber este condicionamento num sentido determinista, absoluto, exclusivo, quer dizer, reducionista (BORÓN, 2011, p. 27).

Ao identificar a base classista da hegemonia, Gramsci, remetendo-se à tese lenineana da política de alianças de classes, diz que a hegemonia proletária não pode ser instaurada se o partido e seus intelectuais não forem capazes de articular os interesses complexos e heterogêneos de toda a classe oprimida. Para tanto, eles devem definir seus interesses de tal forma que ultrapassem os limites particularistas de uma estreita concepção

“econômico-corporativa”, porém a função dirigente do proletariado impõe renúncias aos seus interesses imediatistas, já que é sobre uma ampla base de massa que a hegemonia dos subalternos pode ser construída. Renunciar a construção desta seria, para Lênin, aderir ao reformismo, pois a mentalidade burguesa criada no seio da classe operária conduz, em última instância, ao seu alinhamento com as forças sociais interessadas na perpetuação do capitalismo. Assim, ao criticar as tendências reformistas, Lênin (1970) diria que “a classe que nega ou não compreende a ideia de hegemonia não é uma classe – ou não é ainda uma classe -, senão um grêmio ou uma soma de diversos grêmios”.

Para Lênin (1970), o operariado que não tiver adquirido a consciência da ideia de hegemonia de sua classe ou que renegar esta ideia, é um escravo que não compreende a sua condição de escravo; no melhor dos casos, é um escravo que luta para melhorar suas condições de escravo, não pelo fim da escravidão. Por isso, insistia na tática da frente única, na aliança do proletariado com todas as classes exploradas na sociedade burguesa, insistia na articulação política dessas classes para assegurar a tomada do poder tendo como base a tese fundamental do marxismo: a de que a tarefa histórica do proletariado é abolir a si mesmo enquanto classe e, com ela, abolir a exploração das classes em geral. Gramsci endossou essa tese, por isso em “*A questão meridional*” afirmava: “o proletariado pode converter-se em classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora” (GRAMSCI, 1987, p. 135). Portanto, é da estreita relação entre o partido e a hegemonia (que é um ponto de confluência entre Lênin e Gramsci) que resulta a função dirigente do “Príncipe Coletivo” e, como bem lembra Atilio Borón, o partido não é

uma excrecência burocrática da classe ou uma elite separada das massas; trata-se pelo contrário, de uma resposta que surge das entranhas das classes subalternas superando os determinismos sociais e que exerce uma função diretiva e educativa tendente a elevar o nível de civilização das massas e a superar a imediatez corporativa do sindicato ou, em nossos dias, o particularismo dos movimentos sociais (BORÓN, 2011, p. 30).

Eis, pois, a função que Gramsci delega ao Partido Político: a de intelectual orgânico coletivo do proletariado e artífice de uma vontade unitária nacional-popular e, além disso, de Organismo que dirige e capacita o proletariado a conquistar e exercer sua hegemonia construída por meio de uma reforma intelectual e moral. Daí decorre a impossibilidade de construir a hegemonia dos subalternos à margem do partido.

É indubitável que os filósofos russo e italiano promovem suas reflexões sobre o partido e sobre a formação política em conjunturas históricas distintas, com variantes e matizes político-organizativas também distintas, por isso insistiam na necessidade de cada uma dessas variantes serem identificadas, conhecidas e consideradas. Assim, ao testemunhar os grandes acontecimentos do seu tempo e as consequências políticas delas resultantes, Gramsci percebeu a urgência de uma reconstrução partidária com vistas a um assédio prolongado e à neutralização da hegemonia burguesa.

Assim, apoiando-se nos processos históricos e nas lutas sociais, o filósofo sardo promoveu uma renovação fundamental na teoria marxista da política a partir das mudanças ocorridas na anatomia do “novo” Estado burguês, que não mais se erguia pela exclusão das massas e pela eficácia de seus aparelhos repressivos, mas por uma capacidade inédita de integrar as massas (integração subordinada, obviamente) através de um significativo papel mediador do Estado: o de reconhecimento das organizações sindicais e políticas e de direitos dos trabalhadores, mas também do uso da coerção estatal, reservada para momentos de grave crise orgânica, de acirrada luta entre as classes, quando a hegemonia burguesa já não é capaz de dirigir intelectual e moralmente as classes populares e de promover a estabilidade da ordem social.

Daí decorre a tarefa do Partido gramsciano na conquista da hegemonia e a importância da formação política para os movimentos sociais e para a construção da unidade das forças populares empenhadas em promover a abolição do capitalismo. Mas para isso, os intelectuais orgânicos das classes subalternas não podem perder de vista a tarefa fundamental destas organizações populares (do campo e da cidade), que é a conquista do poder político e a construção de uma nova sociedade. Assim, não deve haver trégua na luta contra a dominação do capital rumo à criação de um novo bloco histórico pelos setores mais avançados da

classe trabalhadora. Tudo dependerá da capacidade de desmoralização e desorganização das ideias e dos interesses burgueses sobre os oprimidos.

O partido político da época moderna, não é, para Gramsci, um sujeito coletivo que pretenda fundar um novo tipo de Estado e, como expressão de seu grupo social, exerça a função de equilíbrio entre os interesses de seu grupo e os de seus grupos aliados. Na contemporaneidade, em muitos países, os partidos orgânicos se dividiram por necessidade ou por qualquer outra razão, em frações que assumiram o nome de

“partido” e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente e superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Essa função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles “partidos”, “frações de partido” ou “funções de um partido” (GRAMSCI, 1980, p. 22).

E continua Gramsci, “veja-se por exemplo a função do Times na Inglaterra, a que teve o *Corriere della Sera* na Itália”. E eu diria, veja-se, também, a função da Rede Globo, da Revista Veja; das Organizações Globo, e da “chamada imprensa da informação’, supostamente ‘apolítica’, e até a função da imprensa esportiva e da imprensa técnica” (GRAMSCI, 1980, p. 22-23) no Brasil. Daí decorre que, como Educador dos subalternos, o “Moderno Príncipe” também pode ter como aliados os “braços” ou frações de partido, os movimentos sociais, as escolas de cultura, o sindicato (desde que reinventados), as associações de bairros, etc.

Nessa perspectiva, Gramsci alarga a concepção corrente de partido político, não apenas porque delega nova função ao “Moderno Príncipe”, mas também porque considera como partido político, os quase-partidos ou frações desses, os movimentos sociais, os meios de comunicação, etc. Mas para assumir essa função, esse Organismo deve não apenas exercer a função de Educador, mas também superar os resquícios e os egoísmos passionais da classe trabalhadora para construir uma vontade coletiva nacional com um grau de consciência capaz de iniciar uma política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação e interfira no conjunto das relações sociais universais. Esta é, pois, para Gramsci, uma

“das questões mais importantes concernentes ao partido político, isto é, a capacidade do partido de reagir contra o espírito consuetudinário, contra as tendências a se mumificar e se tornar anacrônico” (GRAMSCI, 2000, p. 61). Portanto, o intelectual coletivo apresenta-se como a objetivação necessária à condução desse momento de transformação. Por consequência, o Partido de tipo novo não pode ser um Organismo corporativo, mas o próprio instrumento de superação do corporativismo, daí a necessidade de representar todos os membros de uma classe e torná-los capazes de atuarem na sociedade em que vivem com liberdade.

Permanecer no momento econômico-corporativo é manter a consciência no nível da passividade frente às necessidades sociais; é permitir que o conflito entre interesses corporativos leve à reprodução da formação econômico-social existente. Somente a passagem para o momento ético-político permitirá aos trabalhadores superarem suas divisões corporativas e tornarem-se classe nacional, dirigente e hegemônica. E como afirmou Marx,

nas lutas nacionais de proletários de países diferentes, eles salientam e apresentam os interesses comuns do proletariado inteiro, independente de nacionalidade. (...) Nos vários estágios de desenvolvimento pelos quais a classe trabalhadora contra a burguesia deve atravessar, eles sempre e em todo lugar representam os interesses do movimento como um todo (MARX, 1996, p. 31).

É nesta perspectiva que o Partido deve educar a consciência unitária do proletariado e dos camponeses e, tendo como instrumento a cultura, tornar-se estratégico para a formação da consciência política dos subalternos, (necessária para construir a hegemonia dos subalternos no interior da sociedade civil). Por isso, ao referir-se à função do partido, o autor dos *Cadernos* afirma:

deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções (GRAMSCI, 2001, p. 105).

O modelo de partido tradicional não serve aos interesses dos subalternos. Ele não os representa, mas opera por meio de pessoa interposta e por ‘interposta ideologia’, e, nessa estrutura político-partidária, a “massa é simplesmente de ‘manobra’ e é ‘conquistada’ com pretensões morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos de expectativas de idades fabulosas, nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas” (GRAMSCI, 1984, p. 24). Essa massa torna-se alvo fácil de oportunistas facistóides, os quais fazendo uso de palavras vazias de conteúdo e chavões buscam cooptar grandes massas desorientadas politicamente com a promessa de resolução de todos os problemas sociais. Gramsci (1984) chama a atenção para o perigo desse tipo de cooptação dizendo que o “gesto pelo gesto”, a luta pela luta não passa de um individualismo caprichoso de impulsos momentâneos e animais, um “apoliticismo” que pode assumir várias formas pitorescas e bizarras. O sectarismo (que é apoliticismo) é “uma forma de ‘clientela’ pessoal na medida em que está ausente o espírito de partido, de elemento fundamental do ‘espírito estatal’. (...) O individualismo é um elemento animal, ‘apreciado pelos forasteiros’, como os atos dos habitantes de um zoológico” (GRAMSCI, 1984, p. 21).

É por isso que o filósofo italiano afirma que o partido, enquanto *locus* da organização do proletariado, precisa de um aparato teórico para desvendar a realidade social e atuar sobre ela. Desse modo, pensar a revolução é pensar uma teoria revolucionária, um partido forte e as possibilidades de aliança entre operários e camponeses. É pensar uma maneira de superar o momento econômico-corporativo que mantém a consciência no nível da passividade em face da necessidade e, com isso, abrir a possibilidade do proletariado superar suas divisões corporativistas e tornar-se classe hegemônica. Tudo dependerá da capacidade de elaboração de uma vontade coletiva, que é a “consciência operosa da necessidade histórica, ou seja, (...) a necessidade elevada à consciência e convertida em práxis transformadora” (GRAMSCI, 2001, p. 1228).

Essa consciência passiva expressa a forma de pensamento própria das massas – o senso comum – e sua superação ocorre no processo histórico real de constituição do proletariado como classe hegemônica. Nesse processo de constituição da ideologia dos subalternos, eles vão adquirindo consciência de pertencer a uma determinada força hegemônica, isto é, a consciência política, que é a

primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Do mesmo modo, a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devir histórico, que tem sua fase ulterior e primitiva no senso de “distinção”, de “superação”, de independência apenas instintiva, mas que progride até a posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária (GRAMSCI, 1978, p. 21).

Com esse entendimento, Gramsci critica todos aqueles que recusam ou subestimam a luta cotidiana no sentido de dar aos movimentos espontâneos de massa uma direção consciente. Tal crítica é necessária porque “o espontaneísmo partindo de pressupostos mecanicistas, desconhece a resistência da sociedade civil, as irrupções do elemento econômico imediato (crises, etc.) e esquece que as premissas objetivas só conduzem a consequências revolucionárias quando ativadas politicamente por partidos e homens capazes”. Contudo, isso não significa dizer que ele pretendesse suscitar uma formação da vontade coletiva pelo alto, ou seja, por um arbítrio do partido, desconsiderando os anseios e os sentimentos espontâneos das massas. Para Gramsci esses sentimentos devem ser “purificados”, “educados”, “orientados”, mas nunca ignorados, pois a “unidade da ‘espontaneidade’ com a ‘direção consciente’ (ou seja, com a ‘disciplina’) é precisamente a ação política real das classes subalternas enquanto massa e não simples aventura de grupos que dizem representar as massas” (GRAMSCI, 2001, p. 1824). A luta por esse momento de síntese e mediação político-universal é tarefa central do partido. Não de um partido doutrinário ou hierarquizado, mas de um partido de massas, que não tenha uma divisão interna, mas respeite a diferença de níveis entre intelectuais, membros do partido, o que não significa divisão entre indivíduos inferiores e superiores, governantes e governados.

Desempenhando essa função, o Partido Educador poderia chegar ao momento da consciência política coletiva ou ‘catarse’, que é a “passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1978, p. 53). Este é o momento

em que o proletariado deixa de ser “classe em si” e se torna “classe para si” e consegue elaborar um projeto político para toda a sociedade tendo por objetivo a conquista da hegemonia e a elevação, ao máximo de universalidade, dos interesses dos grupos subalternos. Isso implica em um trabalho sistemático de caráter educativo-organizativo para elevar política e culturalmente os grupos subalternos e suscitar o surgimento de intelectuais de tipo novo, que, emergindo das massas, permaneçam a elas vinculados. O modo de ser desse intelectual seria “um imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador, persuasor permanente (...)” (GRAMSCI, 1984, p. 8).

As jornadas de junho e julho/2013 no Brasil

No Brasil do século XXI, a sociedade civil não se vê representada pelo sistema político-partidário, de modo que o papel proposto, histórica e teoricamente ao partido, não tem se efetivado por aqui. E esse foi um dos motivos que levou à criação de novos espaços de lutas e organização política no País, promovidas por entidades políticas como: movimentos sociais (da cidade e do campo), pastorais operárias vinculadas à igreja, associações de bairros, etc. Algumas delas (como são os casos dos Movimentos Sem Terra; dos Sem Tetos; dos atingidos por barragens, etc.) têm se preocupado em oferecer uma formação política aos seus militantes, ainda que de modo incipiente, pluralista, politicista e por vezes religioso. Contudo, poucas dessas instituições apresentam uma forma unificada e unitária de defesa dos interesses coletivos, a maioria delas reivindica direitos e conquistas por e para categorias, ou seja, promovem manifestações políticas que seguem os modelos dos partidos tradicionais, por isso as suas lutas permaneceram no nível da espontaneidade, sem direção política, sem unidade, permeadas por elementos corporativistas e economicistas.

Ora, num sistema “democrático” em que a representação é o canal de mediação na relação com, ou contra, o outro, os despossuídos podem se fazer representar, na sua relação com as classes dominantes, pela mediação dos sindicatos, dos partidos, dos movimentos sociais ou “populares”, das associações, etc. Estes, por sua vez, encontrarão como interlocutor

o Estado, que é o “mediador supremo na relação de uma classe com o seu outro, sendo que as classes não aparecem enquanto tais, mas apenas como grupos de pessoas com interesses divergentes” (RIDENTE, 2001, p. 99). No limite, a classe subalterna pode identificar como adversários políticos não apenas a burguesia, mas também o Estado, o qual em momentos de crise orgânica perde a sua capacidade de representação, a sua legitimidade como conciliador dos conflitos sociais reais, e, com isso, coloca em xeque a ideologia dominante. Nesses momentos, a burguesia vê ameaçada sua dominação porque as suas ideologias se mostram claramente aos amplos setores das massas trabalhadoras, restando aos governantes apenas o poder das urnas e a força bruta contra a revolta dos deserdados. Neste quadro político, as classes dominantes não serão necessariamente vitoriosas, tudo dependerá de sua capacidade de luta e de organização frente aos adversários, numa dada situação histórica concreta. O mesmo se aplica aos subalternos, que podem aproveitar esses momentos de crise orgânica para avançarem no processo de formação política dos trabalhadores e no estabelecimento da correlação de forças contra a burguesia. Para tanto, é necessário o investimento, também, na criação e multiplicação de intelectuais orgânicos dos subalternos, os quais são, no interior do Partido Político, os agentes da reforma intelectual e moral e, por conseguinte, da guerra de posições rumo ao socialismo.

É a partir desta perspectiva que podemos analisar o valor político e os limites dos movimentos de massas do início do século XXI, ocorridos em vários países tanto do mundo Ocidental quanto Oriental, a exemplo dos norte-americanos: *Ocuppy Wall Street* e *Tea Party*; dos turcos; dos gregos, entre outros; ou dos protestos ocorridos no Brasil nos meses de junho e julho de 2013, os quais apesar de comportarem forças políticas não tiveram uma direção político-ideológica tornando-se alvos de grupos fascistas e oportunistas.

Todos os movimentos citados apresentaram um elemento comum: o fato de não existir um único objetivo perseguido pelos manifestantes. O que a maioria deles compartilhava era um sentimento fluido de desconforto e descontentamento que sustentava e unia demandas particulares. Daí ser necessário analisar essas manifestações quanto ao seu teor, procurando saber: o que ocorre no centro delas, quem são os manifestantes, pelo que eles lutam, e quem representam.

No caso brasileiro, a jornada de manifestações juninas foi promovida basicamente por trabalhadores assalariados de renda média e colarinhos-branco¹ que

constituem um estrato social que nos últimos anos se dividiu entre a aceitação e a forte oposição ao governo do PT. A base material da insatisfação talvez seja o fato de o governo Lula ter ampliado a renda dos pobres, mas [também ter] favorecido os mais ricos. Os serviços públicos mal vistos convidam essa fração de classe “média” a gastar com as escolas particulares e os planos de saúde. A oposição ao PT resulta tanto de uma base material quanto de uma ideologia disseminada pelos meios de comunicação (SECCO, 2013, p. 71-72).

Mas, a despeito da oposição midiática, a maioria da população mais pobre apoiou os manifestantes e derrubou a má avaliação da presidenta Dilma Rousseff feita pela mídia comprada.

Nos protestos de 20 e 22 de junho em São Paulo², a pauta das ruas era dupla: uma popular, organizada de baixo para cima, e que, nos primeiros dias, foram promovidos pelo Movimento Passe Livre (MPL)³, tendo como pauta central a tarifa de transporte, e, ao invés do tradicional uso de carros de som e palanques”, apresentavam uma linguagem semelhante ao jogral⁴; e outra que veio de cima para baixo: a pauta de massa, que apresentava uma linguagem apelativa (do tipo publicitária).

¹ A palavra composta colarinho-branco, traduzida do inglês *white collar*, é usada no Brasil para nomear trabalhadores assalariados ou autônomos (profissionais liberais, executivos, funcionários públicos, empregados de escritório, etc.) e, pode incluir, também, os pequenos burgueses, que constituem a chamada classe média.

² Aqui fazemos referência apenas aos protestos iniciados em São Paulo e não àqueles desencadeados em todo o País.

³ O MPL foi criado em janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre-RS, visando fundar um movimento articulado em nível nacional pelo Passe Livre estudantil e, desde então, o MPL tem essa luta como pauta central.

⁴ O “jogral” foi a técnica utilizada pelos trabalhadores da Vila Euclides, na famosa assembleia dirigida por Lula durante as greves do ABC paulista em fins dos anos 1970. Nas passeatas de junho, um manifestante gritava um recado ou palavra de ordem (do tipo: “vem prá s ruas”, “sem partido”, etc.) e os outros repetiam em voz alta para os que vinham atrás.

Portanto, a pauta massificada nasce de baixo apenas aparentemente, num universo de simulacros dispendidos de suas bases, em que os indivíduos relacionam-se diretamente sem mediações visíveis, de modo que os manifestantes virtuais não canalizam seu descontentamento pela representação política. A pauta destes protestos se reduzia

a uma crítica generalizada dos próprios políticos profissionais, *mas não do modo de produção da política*, enredando-se num emaranhado abstrato. A totalização de suas demandas teria de ser mais do que a simples soma das partes que se despem de modo fragmentado nas ruas. O protesto sustentado pelo capital monopolista, invertidos nos meios de comunicação de massa, se torna uma *flash mob* (SECCO, 2013, p. 72).

Esta forma nova de protestar construída pelo autêntico MPL foi apropriada por farsantes que parecem invisíveis, mas que embora sejam de difícil identificação, são os locutores daqueles que expulsaram as esquerdas das ruas. Eram eles que empunhavam e incitavam os gritos de ordem: “*sem partido*”, foram eles que tomaram bandeiras de movimentos sociais organizados e de partidos políticos. Infiltrados em meio às multidões, esses farsantes promoveram agressões verbais (e até físicas) à militância identificada por simbologias político-partidária, em todo o País.

Os palanques da Jornada Junina foram os meios de comunicação de massa e, entre estes, os mais importantes foram as redes sociais e os programas televisivos (estes aumentaram suas audiências devido à cobertura dada às manifestações de ruas). A partir de então, desde que depurada dos “vândalos”, a passeata ou protesto tornava-se aceitável pela sociedade civil brasileira, a qual não percebeu, inicialmente, que os ditos “vândalos” eram, na verdade, sujeitos infiltrados estrategicamente nos protestos com o objetivo de desmobilizá-los e desmoralizá-los ante a opinião pública. Soma-se a isso, a desproporcional violência praticada pela polícia, justificada ante a ação dos “vândalos”. Contudo, a opressão estatal surtiu efeito inverso, já que o número de manifestantes nas ruas não diminuiu, mas aumentou substancialmente nos protestos que se seguiram.

No curso dos movimentos ocorridos em junho, percebemos que os

três primeiros atos foram arquitetados pela capacidade de arregimentação do MPL em protestos de rua (ambos com cerca de 2 mil pessoas). O *quarto* foi pequeno, mas a desproporcionalidade da repressão policial acabou desencadeando uma onda de solidariedade ao Movimento, que levou 250 mil pessoas ao *quinto* ato. O *sexto*, de 18 de junho, manteve o ímpeto anterior e a pressão política exercida pela população sobre os governos fez com que estes baixassem as tarifas de ônibus e metrô. Assim, podemos dizer que foi a repressão da polícia que levou o movimento popular à vitória, nesse sentido, a violência foi decisiva para o deslocamento aparente entre a política e a repressão, pois foi ela que levou à neutralização da coerção policial. Uma violência excessiva que, diante da perda de poder político, levou governantes a se justificarem perante a sociedade com a célebre expressão: “*condenamos o excesso da polícia*”. Ora essa justificativa só foi dada por causa da perda de poder político dos governantes.

Na manifestação de 20 de junho, a direita brasileira mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviram para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” vestidos de verde-amarelo aplaudiam. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta no número de participantes, por isso o movimento que começara *apartidário* se tornaria *antipartidário*. Historicamente, a taxa de apartidarismo sempre foi alta no Brasil e só recentemente os partidos de esquerda puderam se estruturar dentro da legalidade, e foi isso que lhes permitiu

manter coerência pragmática e “imunidade” ante o desgaste de se atrelar a uma ordem estável. Mas hoje já se apresentam como *protoestados* que mimetizam organicamente o aparelho burocrático estatal. Eles chegam mesmo a manter dentro de si subpartidos (tendências) que competem entre si pelo controle da máquina partidária, assim como simulam uma disputa pela sociedade civil que é, na verdade, apenas a luta pela máquina estatal (SECCO, 2013, p. 74).

A trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) foi a que mais evidenciou essa “evolução” do protesto social ao transformismo político (em sentido gramsciano) iniciado nos anos 1990. Antes disso, o PT tentou

promover uma rotatividade nos postos de direção e em cargos eletivos, tentou criar uma integração direta entre os núcleos de base, tentou formar conselhos populares, e até mesmo, lutou pela tarifa de transporte zero.

Este transformismo, porém, não ocorreu apenas com os partidos de esquerda brasileiros, ele é um problema de matriz mundial: uma espécie de “forma partidária sem vida interior”. Por isso é sintomático que estas revoltas urbanas dos séculos XX e XXI não tenham sido dirigidas por organizações tradicionais de esquerda, mas por movimentos que se formaram de acordo com o próprio ritmo coletivo das ações de rua, tal qual uma escultura social. Estas instituições tradicionais também foram incapazes de aglutinar as forças políticas do operariado das fábricas de Turim dos anos 1920, e foi exatamente isso que levou Gramsci e seus companheiros a transformarem as Comissões em *Conselhos de Fábrica*. Os sindicatos e os partidos italianos e brasileiros foram incapazes de promover, tal como recomenda Gramsci, “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1975, p. 44).

Como se viu, na *primeira onda* de protestos do mês de junho, os sindicatos e os partidos de esquerda brasileiros não polarizaram a vida política. Somente após um mês de luta, quando os protestos agonizavam nas ruas, as centrais sindicais convocaram (em 11 de julho) uma greve geral (quer contou com cerca de 200 mil pessoas). Mas, o impacto desta greve só teve essa expressividade devido à paralisação dos transportes públicos em importantes capitais e o bloqueio de rodovias pelo País. Muitas destas paralisações parecem ter sido promovidas por empresários brasileiros, que aproveitavam-se dos protestos para desestabilizar o governo Dilma. Na *segunda*, os movimentos sociais e grupos das periferias de grandes cidades se juntaram aos manifestantes, porém a força política oriunda das ruas continuava sem direção, apresentando apenas uma ilusória sensação de unidade política da jornada de movimentos juninos.

Portanto, embora seja inegável a força política que emanou destas vozes populares nas ruas, se esta força não for canalizada para uma real transformação do modo de vida capitalista, a lição que se pode tirar delas é que: sem direção revolucionária promovida pelo partido político de tipo novo esse poder será recuperado pelas classes dominantes e a ordem

capitalista será mantida. Os movimentos sociais, sindicatos, associações de trabalhadores e demais formas de organização política dos trabalhadores são essenciais na luta pela emancipação humana, porém, até o momento, o Partido continua sendo a instituição política capaz de articular a vontade nacional popular para a construção de uma nova sociedade, tal como recomendara Gramsci. Assim, torna-se urgente a formação política dos trabalhadores, a formação de intelectuais orgânicos desta classe e a criação de partidos de esquerda de tipo novo, livre de elementos imediatistas e corporativos, capazes de criarem as condições para a superação do capitalismo e construção do socialismo.

Referências

ANDERSON, P. As antinomias de Antonio Gramsci. In: _____. *et al. A estratégia revolucionária na atualidade*. Tradução de Juarez Guimarães e Felix Sanches. São Paulo: Joruês, 1986.

BÓRON, A. A. Movimientos sociales, democracia y construcción de hegemonia em América Latina. Reflexiones a propósito del legado gramsciano. In: SEMERARO, Giovanni *et al.* (Org.). *Gramsci e os movimentos populares*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. In: _____. *Temas de Ciências Sociais*. n. 1. São Paulo, 1978.

_____. *A questão meridional*. Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos N. Coutinho; Marco A. Nogueira. 2. ed. v. 1 e v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos N. Coutinho; Marco A. Nogueira. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos N. Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *La costruzione del partito comunista: 1921-1926*. Torino: Einaudi, 1971.

_____. *L'ordine nuovo*. A cura di Valentino Gerratana; A. A. Santucci. Torino: Einaudi, 1987.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução de L. M. Gazzaneo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Obras escolhidas*. Tradução de Manuel B. da Cruz. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos N. Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. v. 1, 2, 3 e 4. Torino: Einaudi, 2001.

_____. *Revolução e cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Coleção Retratos do Brasil. v. 163.

_____. *Sobre democracia operaria e outros textos*. Biblioteca Ulmeiro. n. 4. Lisboa: Ulmeiro. 1976.

GRAMSCI, A.; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. Tradução de Marina Borges Svevo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos N. Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. *O pensamento de Lênin*. Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LÊNIN, V. I. El reformismo en la socialdemocracia rusa. In: _____. *Obras completas*. v. 17. Buenos Aires: Cartago, 1970.

LÖWY, M. Consciência de classe e partido revolucionário. *Revista Brasiliense*, Brasília, n. 41, outubro. 1962.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. *O manifesto do partido comunista*. Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*.

Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Pensadores).

RIDENTE, M. *Classes sociais e representação*. Apresentação de Francisco de Oliveira. 2. ed. v. 31. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção questões da nossa época.

SECCO, L. As jornadas de junho. In: MARICATO, E. *et al.* (Org.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações de ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

Data de registro: 10/03/2014

Data de aceite: 23/04/2014